

DESENHO UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE: CASO PARQUE DOM ANTÔNIO ZATTERA – PELOTAS/RS

LÍVIA WINKEL FERNANDES¹; ADRIANA PORTELLA² ALINE FREITAS³

¹ *Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, arq.liviafernandes@gmail.com*

² *Prof. Dra. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, adrianaportella@yahoo.com.br*

³ *Graduanda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pelotas - UFPEL, Freitas.aline89@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O desenho universal tem como objetivo a criação de espaços com acessibilidade a todos, equipamentos e estruturas que possibilitem uso sem restrições de idade, condições físicas e motoras. O conceito de desenho universal surgiu na Europa, no pós-Revolução Industrial, em seguida de uma massificação de produtos, principalmente na área imobiliária (CAMBIAGHI, 2007).

No Brasil esse conceito começou a ser discutido em 1980, a fim de conscientizar profissionais como arquitetos e engenheiros. O ano de 1981 foi declarado como o Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência.

A primeira norma técnica relativa à acessibilidade foi criada em 1985, a NBR5090 - Acessibilidade a edificações mobiliárias, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência. Foi revisada primeiramente em 1994, passando por uma nova revisão em 2004, a qual vigora até hoje.

O conceito Desenho Universal não foi desenvolvido apenas para pessoas com alguma deficiência ou limitações, foi desenhado para todas as pessoas. A ideia é criar ambientes e produtos que possam ser utilizados com segurança e autonomia por todos. A utilização do desenho universal na arquitetura permite não só maior acessibilidade total dos usuários, como aumenta a qualidade de vida de usuários com alguns tipos de restrições.

Apesar do crescimento das cidades e dos espaços de lazer, praças e parques, o desenho universal no Brasil não vem sendo empregado nos projetos, mesmo depois de décadas da criação da primeira técnica normativa. Em outros países, como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, investimentos em pesquisas da área vêm sendo desenvolvidos e aplicados no sentido de garantir a acessibilidade e utilização.

As pessoas portadoras de deficiência têm dificuldades de participação social e, de alguma forma, não conseguem usufruir os espaços coletivos pensados e planejados para os ditos normais, fruto de uma sociedade pensada sob a perspectiva do homem padrão. O problema dos portadores de deficiência se insere dentre uma das mais graves questões sociais brasileiras, para poder realizar intervenções em seu benefício, é necessário conhecer suas expectativas, necessidades e alternativas (SILVA, 2004).

Não obstante os esforços de políticos, urbanistas, administradores, dentre outros, a ideia de inclusão, na maioria dos projetos de intervenção urbana, foi ainda fragmentária e as questões relativas à acessibilidade arquitetônica e urbanística acabam por ser tratadas de modo tópico e de forma isolada. Muitos não perceberam que o cumprimento das normas técnicas de acessibilidade é apenas o primeiro passo para se buscar alcançar esse conceito bem mais amplo

de desenho universal. É inclusive comum as pessoas entenderem desenho universal como uma terminologia em código para deficiência (HARPER, 1998).

A utilização da acessibilidade e do desenho universal nas cidades está aos poucos desmistificando esses conceitos e salientando que ambos são inclusivos para as pessoas com e sem deficiência e buscam permitir que todos utilizem os mesmos espaços urbanos sem nenhuma segregação.

De acordo com CAMBIAGHI (2007), a Organização das Nações Unidas – ONU estima que cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento é constituída por pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que esse número alcance mais de 650 milhões de pessoas no planeta. No Brasil, o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE estima que esse contingente corresponda a 23,9% da população, algo em torno de 46 milhões de pessoas. A deficiência visual foi a que mais apareceu entre a resposta dos entrevistados, chegando a 35,7 milhões de pessoas, seguido da deficiência motora. Os portadores de deficiência possuem os mesmos direitos de todas as pessoas. No entanto, muitas vezes, para exercer esses direitos, as pessoas com restrições necessitam de certos cuidados especiais adotados. Permitir que essas pessoas possam deslocar-se é uma delas, porém, se não é uma garantia para que isso se concretize, com certeza será um grande passo a sua participação nas atividades econômicas e sociais, visto que os problemas de mobilidade constituem um fator de inibição do direito de participação dessas pessoas na sociedade.

GUIMARÃES (1999) diz que Desenho Universal é para todos nós o último nível que se pode alcançar do processo e prática da acessibilidade ambiental da arquitetura. Um ambiente acessível responderá diretamente a uma variedade de necessidades dos usuários até o ponto em que a acomodação de necessidades dos usuários distintas sejam uma das funções naturais dos elementos daquele ambiente.

As praças públicas caracterizam-se, então, por serem espaços públicos, coletivos e multifuncionais, ou seja, elementos urbanos que identificam e contribuem para organização do espaço da cidade na medida em que possibilitam acesso livre e convívio social.

O parque Dom Antônio Zattera foi escolhido como estudo de caso, pois além de agregar várias atividades como o lazer passivo (mate e descanso), lazer ativo (*playground*, parquinho, quadra de futebol, pista de *skate*), possui no entorno três pontos importantes para pesquisa: o Asilo de Mendigos de Pelotas (AMPel), a Escola Municipal de Educação Infantil Ruth Blank e a Escola Especial Luís Braille, que atendem alunos com baixa visão, cegueira, deficiência múltipla.

O Parque está localizado no centro da cidade Pelotas, anteriormente conhecido como Praça General Câmara, Praça Júlio de Castilho e Praça dos macacos. Esse último por possuir em outras épocas um zoológico com macacos, jacarés e araras.

Com as várias trocas de nomes a praça se tornou parque a partir do ano de 1980, após anos de criação. Seus primeiros registros datam de 1873 sobre a hipótese da instalação de um dos chafarizes trazidos da França, mas tal obra não ocorreu, sendo possível supor que esse seja um dos quatro chafarizes que vieram da França e que desapareceu. A instalação do chafariz não aconteceu, pois na época não haveria água encanada no local, vindo a efetivar-se somente alguns anos após a instalação da caixa d'água, vinda da Escócia, na Praça Piratinino de Almeida, próxima ao local em 1975 (CUNHA, apud ZANELLA, s/d).

O local onde hoje se situa o parque era rota de passagem para as Charqueadas e a história ainda registra que ali existiu um cemitério. Além das

mudanças do nome ao longo dos anos, o parque sofreu modificações físicas e de zoneamento. O zoológico da época de 1990 desapareceu e hoje no local há apenas muralhas da estrutura. O Parquinho de diversões que antes se localizava na parte central e sul do parque foi realocado em 2009 para a parte norte, perto da Escola Municipal Ruth Blank. A antiga escola João Afonso, na esquina das ruas Andrade Neves e Amarante, abrigou o Movimento Bandeirante e desde 2001 sedia a Academia Pelotense de Letras, por convênio com a Secretaria de Educação.

Em 2009, em sua última reforma, além das realocações, o projeto de iluminação e calçamento foi refeito, porém sem respeitar a NBR5090, a pavimentação só contou com a colocação de piso de alerta no entorno da praça, inviabilizando outros trajetos por pessoas com problemas em locomoção e visão.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão adotados métodos e técnicas da área Ambiente Comportamento. Inicialmente, foi realizado o levantamento físico e técnico do Parque Dom Antônio Zattera em termos morfológicos mapeando os passeios, mobiliários fixos, sinalização, rampas e construções existentes.

Foi aplicado também nessa parte inicial, com as crianças da Escola Ruth Blank, uma conversa e um trabalho investigando, através de desenhos, o imaginário delas em relação ao parque. Foi questionado junto aos alunos o que era a praça na visão deles, além do que havia dentro da praça, tais como espaços e equipamentos. Os resultados serão feitos a partir de uma análise dos desenhos com auxílio de uma psicóloga especialista em análise comportamental infantil.

A próxima etapa será um *focus group*, técnica utilizada na pesquisa de mercado qualitativa, na qual se emprega discussão moderada entre 8 e 12 participantes, costuma durar entre 90 e 120 minutos e é coordenada por um moderador experiente. O grupo escolhido para essa conversa foram os alunos da Escola Louis Braille. Os mesmos costumam frequentar a praça durante atividades da própria escola.

Na continuidade da pesquisa, mapas comportamentais, questionários e entrevistas serão aplicados para pesquisar a imagem que o usuário tem dos espaços analisados e o seu comportamento comparando com dados colhidos nos levantamentos físico e técnico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do levantamento fotográfico observaram-se inúmeras barreiras físicas e operacionais, tais como: a falta de condições adequadas de mobilidade, falta de segurança e conforto, que restringem a utilização do parque e inúmeras atividades, além de impedir a socialização e integração das pessoas com limitações. No levantamento físico analisamos os zoneamentos e distribuição da praça, nele notamos a falta de um local destinado a idosos como, por exemplo, mesa de xadrez e jogos.

Mesmo após as várias reformas no parque, percebe-se que ainda possui grandes problemas na pavimentação e sinalização, principalmente no que se refere à locomoção e acessibilidade das pessoas.

Nos desenhos realizados pelos alunos da escola Ruth Blank, em uma análise inicial, de acordo com os preceitos de Nicole Bedárd, percebemos que na maioria dos desenhos as crianças descrevem o espaço principalmente como local

de lazer e alguns fazem alusão à falta de drenagem do local, impossibilitando o uso em dias chuvosos e que nos quais a pavimentação, que na maioria se configura por terra, se torna um barral.

4. CONCLUSÕES

O Parque Dom Antônio Zattera, um dos maiores e mais centralizados da cidade de Pelotas, apesar de ser repleto de “nichos” como *playground*, parque de diversões, mesas, bancos, banheiros públicos, monumentos históricos, arborização diversa e uma escola pública, através do levantamento fotográfico mostrou-se um local com imensas barreiras que impossibilitam o uso e o acesso de todos, influenciando o processo de exclusão social.

Das diretrizes da Norma NBR5090, o Parque conta apenas com piso de alerta que o circunda e na parte central as rampas só se localizam nas esquinas, impossibilitando o deficiente físico de um fácil acesso e impondo-lhe um caminho determinado e não aquele que deseja.

Algumas soluções simples são capazes de facilitar o acesso e passeio no Parque, como a colocação de sinalização e mapas em braile, outras nem tão simples, como a colocação de um piso adequado para circulação de cadeiras e pessoas com algum tipo de problema de mobilidade, mas que resolveriam o problema de acessibilidade quase na totalidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Accessibility to buildings, equipment and the urbano enviroment. 2ª edição. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 97p.,2004.

BEDARD, Nicole. **Como Interpretar os Desenhos das Crianças**. Editora Isis, 2003.

CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo, 2007.

CARVALHO E CASTRO, J. **Ir e Vir - Acessibilidade, compromisso de cada um**. Gráfica Gibim e Editora, 2013.

GUIMARÃES, M. P. **Acessibilidade Ambiental para Todos na Escala Qualitativa da Cidade**. Revista de Arquitetura e Urbanismo Vol.1 Nº1. Belo Horizonte, 1999.

HARPER, L. **Reporto n Meeting on Universal Design**. National Endowment for the Arts. Nova Iorque, 1999.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acessado em: 14 jan 2015.

ZANELLA, B. **Estilo: Um Lugar de Encontros e Desencontros**. Jornal Diário Popular. Pelotas, s/d.